



## **19 DE MAIO DE 2011**

### **Quinta - feira**

- **NOTÍCIAS CNI (CLIPPING ANEXO)**
- **PR SAI SATISFEITO DE REUNIÃO SOBRE ICMS**
- **INDICADOR DO BC MOSTRA ACELERAÇÃO NO 1.º TRIMESTRE**
- **PR PODERÁ PEGAR ATÉ R\$ 2 BI EM DÍVIDAS**
- **NÃO VAI FALTAR CARRO IMPORTADO POR 30 DIAS, DIZ ASSOCIAÇÃO**
- **HONDA DEMITE 400 FUNCIONÁRIOS EM SP E CORTA PRODUÇÃO EM 50%**
- **CATERPILLAR ANUNCIA INVESTIMENTOS NO PAÍS**
- **BRASIL E ARGENTINA COMEÇAM A NEGOCIAR AS BARREIRAS COMERCIAIS**
- **PERÍCIA DURANTE A AUDIÊNCIA REDUZ EM QUASE UM ANO TRÂMITE DE PROCESSO**
- **VENDAS DE VEÍCULOS IMPORTADOS CRESCE 18,6% NO MÊS DE ABRIL**
- **BR PREVÊ NOVAS REDUÇÕES NO PREÇO DA GASOLINA**
- **CONVERGÊNCIA DIGITAL CHEGA AO CRIME**
- **CRÉDITO À EXPORTAÇÃO BATE RECORDE**
- **VIRTUALIZAÇÃO DE PROCESSOS AINDA É LENTA EM TRIBUNAIS**
- **RANGE ROVER EVOQUE CHEGA AO BRASIL EM NOVEMBRO**
- **BRASIL: PREÇOS AMEAÇAM COMPETITIVIDADE.**
- **OTIMISMO INDUSTRIAL TEM MAIOR QUEDA EM DEZ MESES**
- **TRIBUNAL - METALÚRGICA INDENIZA EMPREGADO POR EXCESSO DE ESFORÇO**
- **MARCAS E PATENTES - DETENTOR DE MARCA REGISTRADA PODE SER OBRIGADO**

#### A COMPROVAR SEU USO

- **MEI - QUASE 160 MIL EMPRESÁRIOS AINDA NÃO ENVIARAM DECLARAÇÃO**
- **APOSENTADORIA - MINISTRO APRESENTA SUGESTÕES PARA EXTINGUIR FATOR PREVIDENCIÁRIO**
- **TRIBUNAL - EMPREGADO COM LER QUE SE NEGOU A CUMPRIR ORDENS REVERTE JUSTA CAUSA**

<b>Câmbio</b> Em 19/05/2011		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	1,616	1,618
<b>Euro</b>	2,303	2,306

Fonte: BACEN

## PR sai satisfeito de reunião sobre ICMS

19/05/2011- Gazeta do Povo

A primeira "fatia" da reforma tributária defendida pelo governo federal agradou o governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), e o secretário de Estado da Fazenda, Luiz Carlos Hauly. Os dois participaram ontem, em Brasília, de uma reunião com os demais governadores das regiões Sul e Sudeste em que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, apresentou a proposta de revisão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O plano é conter a guerra fiscal com a redução da alíquota cobrada na origem em transações interestaduais.

"É uma proposta interessante porque demonstra boa vontade do governo federal", disse Richa. Segundo ele, o fator decisivo para o consenso é o estabelecimento de critérios de compensação para os estados que perderem arrecadação. "Até anotei as palavras do ministro: as regras de ressarcimento serão claras e tratadas de forma permanente", ressaltou o governador.

### **Guerra fiscal**

Atualmente, cada estado tem o direito de regular por conta própria as alíquotas do ICMS. Em transações interestaduais, parte do imposto fica com o estado de origem da mercadoria. Quando o produto sai dos estados do Sul ou do Sudeste (menos o Espírito Santo), a alíquota de origem é de 7%; nos demais, 12%.

O poder de regulação é a principal causa da guerra fiscal. Para atrair investimentos, alguns estados oferecem alíquotas menores, abrindo mão de arrecadação e prejudicando os vizinhos. Outra preocupação é a guerra fiscal dos "portos", em que há redução da alíquota para elevar o fluxo da entrada de importados, em troca de benefícios indiretos. A proposta do governo tenta atingir essas duas guerras. A ideia é promover uma transição gradual para que o ICMS seja cobrado apenas no estado de destino. A alíquota máxima de 12% seria reduzida ao longo dos próximos quatro anos e chegaria a 2% em 2014 (veja quadro nesta página).

Envolvido nas discussões sobre reforma tributária há 25 anos, Hauly disse que o momento é o mais propício, nos últimos anos, para mudanças. "Meu sentimento pessoal é de que a reforma vai sair por uma questão de necessidade. Precisamos defender a competitividade das nossas empresas. Não dá mais para brincar de guerra fiscal", afirmou.

### **Apoio**

Segundo o secretário, a proposta vai amearhar mais apoios dos demais governadores se o governo cumprir as promessas de compensações. "São cinco questões que precisam caminhar juntas – as reduções do ICMS interestadual e dos importados, a criação de um Fundo de Equalização, o aprimoramento do Fundo de Participação dos Estados e a melhoria na aplicação da Lei Kandir", enumerou. Hauly estipula que a maioria desses pontos é benéfica para a arrecadação paranaense.

Outros estados, contudo, não concordam. O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), declarou que seria melhor se a redução das alíquotas de origem fosse cobrada ao longo de 12 anos. Já o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), defende que a alíquota final não fique em 2%, mas em 4%.

Outra demanda conjunta dos estados do Sul e Sudeste que pode ser colocada como contrapeso nas negociações é a revisão do indexador utilizado nos contratos de dívidas dos estados com a União – o IGP-DI mais 6%. A sugestão, que ainda não foi aceita pelo governo, é que passe a ser utilizada a taxa Selic.

Após negociar a revisão do ICMS, o governo deve tratar outros dois pontos “fatiados” da reforma tributária – a desoneração da folha de pagamentos e a redução de impostos sobre investimentos. Ambos devem ser encaminhados ao Congresso Nacional neste semestre. Já a proposta do ICMS deve ser fechada em julho, em uma reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária que vai ocorrer no Paraná.

## **Indicador do BC mostra aceleração no 1.º trimestre**

19/05/2011- Gazeta do Povo

Indicador divulgado ontem pelo Banco Central mostra que a economia brasileira voltou a acelerar em março, mesmo depois da aplicação de medidas para tentar esfriar a atividade.

No primeiro trimestre, a atividade medida pelo IBC-Br cresceu 1,28% ante o quarto trimestre de 2010. Em relação aos primeiros três meses do ano passado, a expansão foi de 4%. Em junho, o IBGE divulga o Produto Interno Bruto (PIB), de janeiro a março.

Anualizando-se o resultado, o ritmo de crescimento econômico apontado pelo índice no primeiro trimestre foi da ordem de 5,2%. No quarto trimestre do ano passado, o IBC-Br teve alta de 1,03% ante os três meses anteriores, o que representa uma expansão anualizada da ordem de 4,2%.

Para economistas, o resultado mostra que a economia começou o ano mais aquecida do que no fim do ano passado. E que uma desaceleração só começará a ser verificada no segundo trimestre.

Desde novembro o governo vem anunciando ações para conter o crédito e reduzir o consumo. Em janeiro, começou a elevar a taxa básica de juros, hoje em 12% ao ano. O objetivo é moderar o crescimento econômico para conter a inflação.

Relatório elaborado por economistas do Banco Fator mostra que o crescimento no trimestre encerrado em março foi ainda mais alto do que o fechado até fevereiro, o que indica aceleração recente. “O dado do IBC-Br mostra que a atividade voltou a ter crescimento mais forte em março, após ter desacelerado em fevereiro”, diz o relatório.

No quarto trimestre, o crescimento ante o período anterior havia sido de 1%. O economista Aloísio Campello, da Fundação Getúlio Vargas, diz que os indicadores de abril revelam que a atividade começa a esfriar, mas não de forma homogênea. “A indústria, que deu um salto no primeiro trimestre, está desacelerando. Mas no setor de serviços, nem todos os segmentos apontam redução”, afirma, citando os serviços prestados a empresas e de telecomunicações.

O economista do banco West LB, Roberto Padovani, disse que pode rever para cima sua previsão para o PIB do primeiro trimestre depois da divulgação de hoje. Para ele, o resultado pode aumentar a tensão entre analistas de mercado e o BC. "Ou o mercado passará a prever mais inflação ou mais juros", afirma. A segunda prévia do IGP-M de maio mostrou aceleração ante abril, de 0,55% para 0,66%.

O economista do banco Santander, Cristiano Souza, explica que um nível de atividade como o observado pelo indicador do BC "não desacelera a inflação". "Com um crescimento desses, a inflação não vai convergir para 4,5% [meta do BC] em 2012", afirma.

## PR poderá pegar até R\$ 2 bi em dívidas

19/05/2011- Gazeta do Povo

Técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) encerraram ontem uma avaliação da realidade fiscal do Paraná. O secretário de Estado da Fazenda, Luiz Carlos Haully, disse que a "auditoria" vai permitir que o estado recupere a capacidade de endividamento em até R\$ 2 bilhões. "Eles viram todas as medidas que tomamos nesse começo de governo e perceberam que estamos nos recuperando", disse Haully. "Temos condições de cumprir todos os nossos compromissos com a União com relativa folga, o que vai abrir caminho para conseguirmos novos financiamentos e investirmos mais", avaliou.

A visita fez parte do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados. Inicialmente, estava marcada para agosto, mas foi antecipada a pedido do próprio Haully. Os resultados da missão vão definir a revisão de metas e compromissos do Paraná com a União.

A maior parte da dívida é referente ao empréstimo para saneamento do Banestado, em 1998. Segundo Haully, o Paraná emprestou R\$ 5 bilhões, já pagou R\$ 9 bilhões, mas ainda deve outros R\$ 9 bilhões.

O crescimento da dívida está ligado ao indexador da correção de juros – IGP-DI mais 6%. Ontem, Beto Richa e outros governadores das regiões Sul e Sudeste pediram ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, que o governo passe a utilizar a taxa Selic como índice de reajuste.

## Não vai faltar carro importado por 30 dias, diz associação

19/05/2011- Gazeta do Povo

O presidente da Associação Brasileira das Empresas Importadoras de Veículos Automotores (Abeiva), José Luiz Gandini, garantiu ontem que não faltarão carros importados nas concessionárias de todo o país nos próximos 30 dias. De acordo com ele, os automóveis que foram embarcados antes do dia 10 de maio, data em que o governo anunciou a aplicação de licenças não automáticas para importações do setor, não terão de passar pela nova exigência. "Apenas os nossos embarques feitos a partir do dia 11 vão precisar dessas guias. Os carros que estão em navios e aviões embarcados antes do dia 11 não passarão por essas mudanças", afirmou Gandini.

O presidente da Abeiva reconheceu, porém, que nenhuma importadora conseguiu obter as novas guias desde o último dia 10. "Mas isso é um problema normal. Trata-

se de uma questão operacional porque, até a semana passada, não havia nenhuma pessoa designada para fazer esse trabalho”, disse Gandini. Segundo ele, as concessionárias possuem estoque de veículos para os próximos 30 dias. “Não vão faltar carros. Pode ocorrer de faltar um ou outro modelo, mas não será uma situação generalizada”, afirmou.

“O governo disse que será ágil para liberar as licenças e que essa liberação não vai levar os 60 dias que são o prazo máximo. Confiamos no bom senso do governo e acreditamos que nada vai se alterar na nossa atividade de importação de veículos. Isso é um consenso entre todas as nossas marcas associadas”, disse Gandini, durante entrevista coletiva. Gandini esclareceu que nenhuma empresa associada da entidade importa veículos da Argentina.

O presidente da Audi no Brasil e vice-presidente da Abeiva, Paulo Kakinoff, disse que a empresa terá de fazer um novo planejamento logístico para importação de veículos, para que a documentação seja feita com antecedência. Ele acredita que a liberação dos veículos que importa deve levar de 10 a 15 dias. Antes do anúncio da medida, quando valia a licença automática, a liberação era automática e era necessário trabalhar apenas com um prazo de 15 dias de trânsito entre a Europa e o Brasil.

O presidente da Stuttgart Sportcar, Marcel Visconde, importador oficial da Porsche no Brasil, disse que as projeções de venda da empresa não serão alteradas. “Precisamos reprogramar com a matriz o prazo para viabilizar a documentação das novas guias, mas acreditamos que o período de adaptação será pequeno”, disse. Segundo ele, a Porsche estima vender mil carros no país neste ano.

O presidente da Jac Motors no Brasil, Sérgio Habib, disse que navios com carros da empresa embarcados antes de 10 de maio devem chegar até o início de junho ao país. A empresa, que iniciou as operações no Brasil neste ano, planeja comercializar 3 mil carros em maio.

## Honda demite 400 funcionários em SP e corta produção em 50%

19/05/2011- Gazeta do Povo

A **Honda do Brasil** anunciou nesta quarta-feira (18) que irá demitir 400 funcionários da fábrica de Sumaré (SP), o equivalente a 12% do quadro, e reduzir a produção em 50%, cortando um dos três turnos. As medidas, segundo a montadora, fazem parte de um ajuste da empresa aos efeitos do terremoto ocorrido em março passado no **Japão**. Em nota, a Honda diz que diversos fornecedores de componentes eletrônicos, que não podem ser substituídos facilmente, tiveram sua produção afetada. Com isso, o envio de peças para diversos países, inclusive o Brasil, foi prejudicado.

Para adequar-se ao ritmo de retomada das fábricas japonesas, diz a nota, "a partir de junho, a empresa terá de reduzir em 50% sua produção de automóveis, de 600 para 300 unidades diárias. Com isso, a unidade de Sumaré, que atualmente opera em três turnos, passará a trabalhar em dois turnos". Na fábrica são produzidos os modelos City, Civic e Fit.

Em consequência, 1.200 funcionários ficariam "ociosos", diz a montadora. "Para equacionar essa situação, a Honda iniciou na semana passada uma série de conversas com o Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região e, após esgotar

todas as alternativas para viabilizar a fábrica, chegou à decisão de desligamento de 400 funcionários, o equivalente a 12% do efetivo da unidade".

A Honda informa ainda que não realizava este tipo de procedimento em sua operação no **Brasil** desde 1992 e diz que "lamenta a medida e informa que agora estuda alternativas para os demais funcionários que estarão ociosos no período de redução da produção". Na última quinta (12), o sindicato local já havia informado ao G1 que discutia com a montadora alternativas a um plano de demissão e que havia ocorrido paralisação de funcionários no primeiro turno. A montadora negou que houvesse existido greve naquele dia.

Em abril, a filial havia anunciado que anteciparia a tradicional pausa de julho, para a manutenção da fábrica, por causa da falta de peças japonesas. A parada neste ano ocorrerá no período de 23 de maio a 3 de junho.

Outra fabricante japonesa que alterou operações no Brasil em virtude do tsunami foi a Toyota. Em abril passado, a montadora anunciou que iria interromper por três dias sua produção na fábrica de Indaiatuba, em SP, também por falta de peças vindas do Japão. A empresa parou a produção na planta onde é feito o Corolla nos dias 25 de abril, 6 de maio e repetirá o procedimento na próxima sexta (20).

## Caterpillar anuncia investimentos no País

19/05/2011- TN Petróleo

A Caterpillar Brasil anunciou ontem, 12, no Rio de Janeiro, investimentos de até R\$ 350 milhões no Brasil até o fim do primeiro semestre de 2012. De olho no pré-sal e na crescente demanda por soluções de potência, a companhia também anunciou que produzirá no país grupos geradores e sistemas de propulsão diesel-elétricos para atender clientes dos setores marítimos e de petróleo.

As operações para a fabricação da Série 3500C, que pode ser usada em navios, plataformas e unidades flutuantes FPSOs, serão iniciadas no terceiro trimestre deste ano, na fábrica da Caterpillar em Piracicaba, São Paulo. Hoje existem mil motores deste tipo no Brasil, todos importados da fábrica da empresa de Lafayette, em Indiana (Estados Unidos).

"A decisão de expandir a oferta de produtos fabricados no Brasil baseia-se na estratégia corporativa global da Caterpillar, que prevê um crescimento de longo prazo no país," revelou Richard Case, vice-presidente da Caterpillar. "Em toda a nossa companhia, é constante o esforço para conquistar novos mercados e ser uma empresa com a qual nossos clientes gostam de fazer negócios. O aumento da nossa presença no Brasil permitirá alcançar estes dois objetivos".

"Teremos condições de entregar a partir de outubro", afirmou o presidente da Caterpillar Brasil, Luiz Calil, destacando que esta é a primeira vez que estes motores serão fabricados fora dos Estados Unidos e que o índice de nacionalização ficará acima de 60%, certificado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

## Brasil e Argentina começam a negociar as barreiras comerciais

19/05/2011- Valor Econômico

A ministra de Indústria da Argentina, Débora Giorgi, e o embaixador do Brasil em Buenos Aires, Ênio Cordeiro, baixaram ontem o tom das reclamações em torno das barreiras protecionistas aplicadas pelos dois países e definiram uma reunião de altos funcionários de seus governos para revisar as travas ao comércio bilateral. Giorgi pediu a liberação dos automóveis argentinos retidos na fronteira como gesto positivo para as negociações. Cordeiro não descartou, mas frisou que "as medidas de boa vontade devem ser recíprocas", deixando claro que não haverá gestos de forma unilateral.

Eles se reuniram por duas horas, no gabinete da ministra, e acertaram um encontro, na próxima semana, entre o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Alessandro Teixeira, e o secretário de Indústria da Argentina, Eduardo Bianchi. "Os secretários vão trabalhar em uma agenda que incluirá todas as questões pendentes, tanto pontuais quanto estruturais", disse Giorgi, por meio de comunicado. A tendência é que ela própria se reúna, depois, com o ministro Fernando Pimentel.

Fontes argentinas informaram que o encontro deverá ocorrer na segunda e terça-feira, em Buenos Aires. Também garantiram que o governo se dispõe a acelerar a liberação de licenças não automáticas à importação de produtos brasileiros "uma vez que se libere o primeiro automóvel" na fronteira.

A Adefa, associação que congrega as montadoras instaladas na Argentina, emitiu uma nota dura na qual adverte sobre os riscos para a produção e para o nível de emprego no país. O presidente da entidade, Aníbal Borderes, diz que a briga comercial "põe dúvidas sobre o funcionamento do Mercosul".

Os dois lados afirmam, reservadamente, que a tensão começou a diminuir e apostam em um acordo pelo menos sobre pontos básicos na próxima semana. A Argentina está preocupada com os efeitos que as barreiras brasileiras podem ter sobre o nível de atividade da economia. O presidente da União Industrial Argentina, José Ignacio de Mendiguren, apresentou esse temor ontem ao ministro da Economia, Amado Boudou.

Se o problema se prolongar, a indústria pode refletir em breve o bloqueio do Brasil, diz Ricardo Delgado, diretor da consultoria Analytica. Ele lembra que cerca de 70% da expansão industrial registrada pela Argentina em 2010 se concentrou em apenas dois setores: automotivo e autopeças. Esses dois ramos responderam por 2,5 pontos percentuais do crescimento de 9,2% da economia em 2010.

Para 2011, Delgado prevê uma expansão de até 7% do PIB, mas que pode ser afetada caso as exportações fiquem dificultadas "por alguns meses". De cada cem automóveis produzidos pelas montadoras argentinas, 55 são exportados para o mercado brasileiro. Quem tem mais unidades retidas na alfândega brasileira são a GM, a Toyota e a Mercedes -Benz.

O pesquisador-chefe da Fundação Mediterrânea, Jorge Vasconcelos, estima um crescimento de 6,5% para a economia argentina neste ano. Mas adverte que a "indústria deve começar a preparar-se para uma desaceleração na trajetória das importações brasileira, por motivos econômicos e pelo conflito envolvendo as licenças não automáticas". Mais de 40% das exportações argentinas de produtos industrializados têm o Brasil como destino, concentração que não se via nos últimos 20 anos.

## Perícia durante a audiência reduz em quase um ano trâmite de processo

19/05/2011- TRT

### PROCEDIMENTO É INOVADOR NA JUSTIÇA DO TRABALHO DO PARANÁ

Com o objetivo de acelerar o andamento dos processos, a Justiça do Trabalho de Pinhais, no Paraná, passou a adotar uma prática inovadora nos casos em que há necessidade de produção de prova pericial. Em vez de esperar o resultado de uma perícia para anexá-la aos autos, os juízes da Vara do Trabalho de Pinhais trazem o perito à Vara, para que o laudo seja apresentado no exato momento da audiência. Com o novo formato, a redução na tramitação do processo é de quase um ano.

A experiência foi apresentada nesta quinta-feira, 12, na reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores dos TRTs, pelo corregedor do TRT do Paraná, desembargador Arnor Lima Neto. Durante o ano passado, o corregedor estimulou varas do trabalho para que racionalizassem os procedimentos em relação às perícias, que, em algumas cidades, especialmente as mais industrializadas, estão entre as maiores dificuldades para a celeridade processual. A inspiração, de acordo com o desembargador Arnor, veio de relatos de práticas semelhantes na Justiça Federal.

“Um processo que envolve perícia leva de 10 a 12 meses para ser finalizado. Realizando a perícia na própria Vara, esse tempo é de 45 a 60 dias”, informa o juiz Lourival Barão Marques Filho. “O fato de o perito apresentar o laudo pericial oralmente, durante a própria audiência, resulta em maior celeridade na solução de tais processos, evitando-se delongas como intimações ao perito e às partes, para seguidas manifestações, o que amplia demasiadamente os prazos de solução de casos de perícia, muito comuns na Vara do Trabalho de Pinhais”, explica a juíza Odete Grasselli, titular da Vara.

As perícias são muito utilizadas em processos envolvendo acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, por exemplo. No caso de Pinhais, por tratar-se de uma cidade com muitas indústrias, ocorrem constantes processos envolvendo pedidos de indenização por acidentes. Pela nova prática, existe a possibilidade de o perito ir até à audiência. Também há várias perícias envolvendo insalubridade e periculosidade, mas, nesses casos, é imprescindível que o perito inspecione o local de trabalho.

De acordo com o juiz Lourival Barão, no modo convencional são executadas pelo menos 33 movimentações processuais, da intimação do juiz até a realização da audiência. O perito é intimado para designar uma data para a perícia e somente depois disso são intimadas as partes. Realizada a perícia, o perito tem 30 dias para apresentar o laudo para, então, as partes serem novamente intimadas – são 10 dias para cada uma das partes, totalizando 20 dias. Muitas vezes, as partes apresentam novos questionamentos ao perito e, nesse caso, quando necessário, ele é novamente intimado para responder. Só após a finalização desse procedimento é que as partes são novamente intimadas. “Pelo novo sistema, todo esse trabalho se resume a seis movimentações: intimação do perito quanto à sua nomeação, protocolo da petição do autor apresentando quesitos, juntada respectiva, protocolo da petição da ré apresentando quesitos, juntada respectiva e a perícia”, explica o juiz.

Na opinião do perito Roberto Feitosa Silva, o novo procedimento é vantajoso porque não há necessidade de deslocamento à Vara do Trabalho, por até quatro vezes, para

buscar documentos, além de não ser necessário disponibilizar até dois dias para a realização dos laudos. "Tudo é feito no mesmo dia da audiência e as respostas são dadas diretamente às partes, no mesmo ato. Tudo mais claro e mais rápido", completa. Já o advogado Rogério Carboni, que participou de uma audiência nesse novo formato em Pinhais, considerou a iniciativa positiva. "É uma importante prática que presta jurisdição de forma efetiva, pois é mais fiel ao processo. É o técnico atuando no processo e não o interpretando", enfatizou. (FG/GN).

Fonte: [www.trt9.jus.br](http://www.trt9.jus.br)

## Vendas de veículos importados cresce 18,6% no mês de abril

19/05/2011- O Estado do Paraná

Os emplacamentos de veículos importados atingiram em abril 16.593 unidades em todo o País, o que representa um crescimento de 18,6% na comparação com março, segundo dados divulgados nesta quarta-feira (18) pela Associação Brasileira das Empresas Importadoras de Veículos Automotores (Abeiva), com base nas vendas de afiliadas à entidade. Com o resultado, a participação de automóveis importados por empresas associadas à Abeiva no mercado brasileiro aumentou de 4,85% para 6,08% no período.

Nos quatro primeiros meses de 2011, os emplacamentos de veículos importados por empresas filiadas à Abeiva somaram 52.074 unidades. O número representa 21,32% do total de veículos importados no período no País (244.275 unidades), considerando-se associados e não associados. A soma também representa 4,96% do total de veículos comercializados no mercado interno, sejam eles importados ou produzidos no País, entre janeiro e abril (1.050.214 unidades).

De acordo com a Abeiva, o crescimento nas vendas em abril foi puxado pelo início da operação de novas empresas importadoras, pela expressiva participação de veículos de entrada nas vendas e pelo avanço significativo das vendas de automóveis importados do segmento B e de utilitários esportivos.

### Barreira

A projeção da Abeiva é de que 165 mil carros importados sejam comercializados no País neste ano pelas empresas associadas. Em nota, o presidente da entidade, José Luiz Gandini, admite preocupação com o sistema de monitoramento da liberação de licenças de importação em vigor desde a última quinta-feira, que prevê até 60 dias de espera.

As empresas associadas à Abeiva representam 30 marcas, 771 concessionárias, 27

mil empregos diretos e, de acordo com a associação, devem recolher mais de R\$ 5 bilhões em impostos neste ano. "Confiamos no bom senso do governo, já que nosso setor está hoje maduro e consolidado", diz Gandini.

Entre as montadoras, a Kia manteve a liderança de vendas entre as associadas da Abeiva em abril, com 7.708 unidades emplacadas em todo o País, o que indica um crescimento de 14% em relação a março. Mas o que chama a atenção nos dados do mês passado é o avanço das vendas da chinesa JAC Motors, que em março comercializou 458 unidades e em abril, 2.095 veículos - crescimento de 357,4%.

A JAC saltou para a segunda posição em vendas entre as associadas da Abeiva em abril, tomando o lugar da BMW, que até então era a segunda colocada. Em março, a BMW comercializou 1.023 unidades, número que caiu para 948 veículos em abril, representando uma queda de 7,3%

## **BR prevê novas reduções no preço da gasolina**

19/05/2011- O Estado do Paraná

O presidente da BR Distribuidora, José Lima de Andrade Neto, afirmou hoje que são esperadas novas reduções nos preços da gasolina e do etanol com o avançar da safra de cana-de-açúcar. Ainda em maio e ao longo de todo o mês de junho, a BR, assim como outras distribuidoras deverão repassar para seus preços a redução que houver no preço do etanol. Por ter mistura de 25% de etanol anidro em seu conteúdo, a gasolina é afetada diretamente.

Ele não quis comentar quais são as expectativas de queda dos preços. Na semana passada, a BR repassou uma queda de 6% no preço da gasolina e de 13% no etanol.

"Existem no Brasil dois tipos de gasolina. A gasolina A que é vendida na refinaria e a gasolina C, que tem 25% de etanol. O que aconteceu no País é que a safra da cana termina em dezembro e o país acaba tendo um combustível que não é produzido 100% do ano. A queda na produção deste combustível fez com que os preços do etanol subissem, não só o hidratado - que vai direto na bomba - quanto o anidro, que é misturado na gasolina", explicou em entrevista após participar do Fórum Reis Veloso no Rio, destacando que os preços da gasolina aumentaram apenas por conta disso.

Indagado sobre a eventual pressão que a BR teria sofrido do governo federal para antecipar a queda do preço da gasolina e do etanol, Lima desconversou e disse que "o preço só subiu porque as usinas subiram o preço do etanol, e só caiu, porque houve redução do preço repassado pelas usinas". Na semana passada, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, disse à imprensa que faria pressão junto à BR Distribuidora para forçar uma queda de preços, já que a safra da cana havia começado e o reflexo na bomba de combustível ainda era insignificante.

Lima também comentou que não é correta a afirmação da Federação Nacional dos Revendedores de Combustíveis (Fecombustíveis), de que a queda do preço da gasolina e do etanol vendido pela BR era maior do que nos demais postos. "Se olhar um gráfico dos preços médios do álcool anidro, é possível verificar que o litro estava a R\$ 2,80 duas semanas atrás e na semana que a BR anunciou a redução de seus preços, já estava em R\$ 1,60 na média dos postos do país", disse.

Segundo ele, a companhia já está percebendo o retorno dos consumidores ao consumo de etanol neste mês de maio. Antes da alta de preços, em dezembro do ano passado, disse, a proporção era de 75% das vendas para gasolina e 25% para o etanol. Entre os meses de janeiro e abril, houve um fluxo forte dos consumidores de etanol para a gasolina, que fez com que a proporção chegasse a 93% das vendas para gasolina e 7% para etanol. "Agora já estamos verificando que a proporção de vendas de gasolina esteja abaixo de 90%. Isso deve se normalizar nas próximas semanas", comentou.

## Convergência digital chega ao crime

19/05/2011- Valor Econômico

Não importa o período da história, bandidos costumam seguir a trilha do dinheiro. Al Capone fez fortuna na época da Lei Seca negociando, claro, bebidas. E os traficantes atuais migram de uma droga para outra guiados pela busca de uma substância sempre mais barata - e geralmente mais letal - para maximizar os lucros. Nos últimos tempos, com a web mudando a vida de empresas e consumidores, várias gangues passaram a seguir essa trilha. Isso é conhecido. A novidade, agora, é que eles estão seguindo a onda da convergência digital, que mistura meios on-line e tradicionais. O resultado é uma categoria mais sofisticada de crimes, que começa na internet, mas inclui inúmeros aspectos "off line" da vida das vítimas.

Os bandidos estão aprendendo uma lição já conhecida por companhias e governos: a de que a informação vale ouro. Os meios para obter isso incluem desde explorar brechas de segurança em bancos de dados de empresas e órgãos públicos até cooptar ex-funcionários e colaboradores internos. Organizados, os novos laráprios vasculham dados pessoais escancarados pelos usuários nas redes sociais e roubam senhas em sites de serviços de análise de crédito.

Com o cruzamento das informações, as gangues criam dossiês digitais de seus alvos potenciais, às vezes trocando informações com outros golpistas pela própria web. Um exemplo dessa convergência digital do crime é a venda de CDs com bancos de dados, tanto na internet como em locais físicos. Entre os focos estão as imediações da rua Santa Ifigênia, em São Paulo.

Segundo Fábio Assolini, analista da Kaspersky, empresa de software de segurança, é possível, com R\$ 100, comprar um CD com dados dos contribuintes do INSS de todo o Brasil, junto com a base de dados de telefones do Estado de São Paulo. Existem até bancos personalizados, com filtros como profissão, cidade e região. "Todos esses vetores vêm servindo como combustível para o crime tradicional, que cada vez mais se alia ao cibercrime", diz Assolini.

Em dezembro, hackers descobriram uma falha no site do Ministério do Trabalho e copiaram todo o banco de dados com os cadastros de cidadãos. Em seguida, criaram aplicativos que automatizavam as consultas a essa base. As ferramentas foram divulgadas em sites e fóruns de criminosos na internet.

A Kaspersky descobriu a brecha e avisou as autoridades, que corrigiram a falha, conta Assolini. "Mas era tarde e o estrago estava feito". Procurado pelo **Valor**, o Ministério do Trabalho não se manifestou até o fechamento desta edição.

Outro incidente, no fim de 2009, afetou clientes do programa de fidelidade da TAM. Informações pessoais foram usadas em e-mails falsos, enviados em nome da companhia aérea, o que tornava o golpe mais verossímil. As mensagens traziam um arquivo que deveria ser baixado pelo cliente para, supostamente, imprimir um bônus com passagens gratuitas. Na verdade, o arquivo instalava códigos maliciosos nas máquinas dos usuários. Por meio de sua assessoria, a TAM afirmou que não houve invasão dos sistemas da companhia e que os dados dos clientes foram preservados.

Outro exemplo recente envolve uma quadrilha que atuava no centro de São Paulo. Os bandidos anotavam placas de carros de luxo e cruzavam esses números com dados de departamentos de trânsito obtidos em sites de hackers e CDs ilegais. Com isso, obtinham informações mais completas sobre os motoristas, o que ajudou em uma série de assaltos a mansões na capital paulista.

José Mariano de Araújo Filho, delegado-supervisor da unidade de inteligência do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), observa que o acesso a dados pessoais vem alimentando toda sorte de práticas ilícitas. Entre elas estão sequestros e obtenção de documentos falsos.

Em São Paulo, o delegado atuou em um caso no qual a vítima descobriu uma empresa aberta em seu nome no Rio Grande do Sul. O negócio em questão tinha muitas dívidas na região. "A própria vítima revelou que seu computador havia sido infectado meses antes", diz Mariano.

Para Leandro Bissoli, especialista em direito digital e vice-presidente da PPP Advogados, os crimes na internet são praticamente os mesmos do mundo real, com a diferença que a tecnologia traz mais recursos e menos riscos para seus autores. "É possível fraudar alguém em outro Estado e até país sem que essa pessoa desconfie", explica.

Um dos maiores riscos é se expor demais na web. Foi o que aconteceu com uma consumidora que externou em redes sociais seu descontentamento com o atraso na entrega de um produto adquirido em uma loja virtual. Uma quadrilha que seguia seu perfil ligou para ela, simulando ser da loja em questão. Obteve o número de seu cartão de crédito, que foi usado em diversas fraudes.

As redes criminosas estão se tornando tão poderosas que passaram a se identificar por nomes como CyberSkyNet e FullNetWork. Elas trocam informações em fóruns especiais - geralmente criptografados - nos quais exaltam suas ações e publicam fotos com armas e dólares.

Sinais de ostentação, aliás, parecem ser outro traço comum a bandidos de todas as épocas - de Capone aos traficantes dos morros cariocas e, agora, os novíssimos golpistas "convergentes".

## Crédito à exportação bate recorde

19/05/2011- Valor Econômico

Os exportadores tomaram um volume recorde de crédito à exportação de prazo de vencimento em até um ano em abril e não foi exatamente por causa do aumento das exportações verificado no mesmo mês. O financiamento à exportação é isento do Imposto sobre Operações Financeiras de 6% ao ano que passou a incidir no crédito externo desde abril e muitas empresas trocaram o capital de giro por essas linhas.

Bancos atuantes no mercado perceberam que muitas das grandes companhias compraram dólar no mercado futuro contra o real com o prazo casado com as linhas tomadas no exterior de forma a ganhar com o diferencial de juros, na chamada transação de arbitragem. O resultado para as empresas foi uma captação ao custo de 80% a 90% dos juros dos Depósitos Interfinanceiros (DI).

Em abril, segundo os dados do Banco Central, o total de contratos de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), financiamento pré-embarque, e de Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE), pós-embarque, chegou a US\$ 5,309 bilhões. Nunca nos dados apurados até agora pelo BC desde 1996 houve um volume tão relevante desse tipo de crédito. Foi um aumento de 24% no total em relação a março e de 58% em relação a fevereiro. Quando se olha a média por dia útil, o aumento em relação a março foi de 43,7% em abril.

Esses ganhos de arbitragem se ampliaram em março, mas principalmente no final de abril, com o aumento nos juros em dólar no mercado interno, o chamado cupom cambial. Foi em abril que o cupom cambial de curtíssimo prazo, de até 30 dias, chegou a 12% ao ano, acima da própria taxa básica de juros Selic. Na prática, isso significa que o dólar futuro ficou com cotação mais baixa do que o dólar à vista em alguns dias.

Isso aconteceu por causa das compras de dólar do BC, que se concentram no mercado à vista de câmbio e em volumes totais foram US\$ 4,3 bilhões acima do fluxo em abril. Essas compras acima do fluxo tornaram o dólar à vista caro demais. O BC comprou US\$ 4,905 bilhões à vista mais US\$ 440 milhões a termo, em um total de US\$ 5,845 bilhões em abril. Nesse mês, entrou US\$ 1,541 bilhão líquido no mercado de câmbio no Brasil.

As grandes exportadoras tomavam linha externas de exportação de um ano pagando 2% ao ano, ou até menos, e investiam no cupom cambial de 5,2% comprando dólar futuro sem entrega (no derivativo chamado em inglês de Non Deliverable Forward ou NDF). O ganho era de 3% ao ano ou ainda mais do que isso.

Segundo José Augusto Durand, gerente da mesa de clientes do Itaú BBA, muitos exportadores tomam ACCs e usam suas exportações como "hedge" (proteção) natural para essas dívidas em dólar. Outras fazem o hedge por meio de NDFs. "Em abril, por causa do cupom cambial mais elevado, nós percebemos um aumento de 50% no volume de demanda dos ACCs dos exportadores", afirmou Durand.

Os exportadores também usaram uma transação conhecida como trava para fazer a mesma arbitragem. A diferença da trava com o ACC é que nesse último o exportador recebe os reais hoje enquanto na trava ele recebe os reais no futuro. Ele vende seu dólar por meio de uma transação a termo com entrega física futura, casada com um NDF de compra de dólar de mesmo prazo.

Os bancos também aproveitaram o cupom cambial polpudo mesmo para prazos mais longos e tomaram no final de abril e início de maio mais de US\$ 3,117 bilhões em dívida externa de prazo superior a dois anos. O Banco Votorantim, o Bradesco, o Banco Safra, o Santander Brasil, o HSBC e o Fibra fizeram captações.

Para Eric Altafim, responsável pelas vendas de derivativos do Itaú BBA, a preocupação do BC com a exposição cambial das empresas não se justifica, pois, via de regra, só quem tem receitas em dólar não faz hedge de sua dívida em dólar. "A arbitragem é também uma transação de hedge da dívida em dólar", explica. Como há venda de dólar no mercado à vista (no caso do ACC) ou no mercado a termo (no caso da trava) e compra no futuro, o impacto no câmbio é nulo.

José Augusto de Castro, presidente em exercício da Associação de Comércio Exterior do Brasil, diz que não tem como acompanharmos de perto o aumento de tomada de ACC. Segundo ele, no entanto, no mês de abril começa a safra de soja e milho e muitas exportadoras vão atrás de ACC e ACE. Em abril, as exportações foram a R\$ 20 bilhões, um aumento de 4,6% com relação a março. "Mas tem muita empresa que toma ACC e investe no mercado interno sim, as grandes principalmente, porque é bastante vantajoso fazer isso", afirma José Augusto de Castro. **(Colaborou Eduardo Campos)**

## Virtualização de processos ainda é lenta em tribunais

19/05/2011- Valor Econômico

Dois anos depois de lançado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) o projeto para acabar com a circulação de papel nos gabinetes dos ministros, ainda é comum ver veículos dos Correios desembarcarem diariamente pilhas e pilhas de processos. Apesar de haver integração eletrônica com praticamente toda a segunda instância - falta apenas o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) -, 54% dos cerca de 18 mil recursos que chegam mensalmente ao STJ ainda estão em papel.

Para evitar o manuseio de toda essa papelada pelos ministros, o STJ mantém 125 pessoas - entre eles deficientes auditivos - para a digitalização de todos os processos. Com isso, 90% das ações tramitam em formato eletrônico. A ideia inicial do projeto "Justiça na Era Virtual", lançado pelo então presidente da Corte, ministro Cesar Asfor Rocha, era virtualizar todo o acervo e receber apenas ações por meio eletrônico. Foram escaneados 420 mil processos do estoque, mas continuam a chegar volumes e volumes em papel. "Isso nos dá uma grande sobrecarga de trabalho porque temos que transformar o meio físico em meio virtual, com grande gasto de tempo e de dinheiro", afirma o ministro Ari Pargendler, presidente do STJ.

Apenas o TJ-MG, responsável por 9% dos processos remetidos ao STJ, ainda não está conectado ao sistema. A Corte já assinou um termo de cooperação técnica com o tribunal superior e promete iniciar até julho o envio de recursos por meio eletrônico. O projeto sofreu resistência inicial dos principais Tribunais de Justiça do país - São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais -, responsáveis por pouco mais da metade dos processos. O entendimento das Cortes era de que não deveriam arcar com o custo da digitalização. Além disso, defendem a tramitação eletrônica desde a primeira instância, e não apenas nessa fase recursal.

Os tribunais paulista e gaúcho ainda enviam boa parte dos processos em papel. Em São Paulo, a remessa eletrônica, iniciada em agosto do ano passado, está limitada à seção criminal. Mas, de acordo com a assessoria de imprensa do TJ-SP, "já há tratativas de expansão do sistema para as demais seções". Entre agosto e o dia 17 último, foram enviados 6,5 mil processos digitais ao STJ.

Metade das ações originárias - apresentadas diretamente no STJ - também estão em papel. A Corte recebe, em média, 250 processos por dia útil. Nesses casos, ainda não é exigido o peticionamento eletrônico. Mas o tribunal superior pretende em breve baixar uma norma tornando obrigatório o formato digital, como acontece no Supremo Tribunal Federal (STF). Em 14 das 50 classes processuais, só é possível protocolar por meio da internet, incluindo o habeas corpus. Ele só é aceito em papel se for ajuizado em causa própria. Os recursos extraordinários, oriundos da segunda instância, também só devem ser remetidos eletronicamente.

Em 2010, 86% dos processos foram recebidos em papel pelo Supremo, que concentra agora esforços para melhorar seu sistema. Alvo de críticas, passa por um processo de aprimoramento, para torná-lo mais estável e rápido. A ideia, de acordo com o assessor da presidência, Lucas Albuquerque Aguiar, é torná-lo menos burocrático, exigindo informações realmente necessárias para cada classe processual.

Na área trabalhista, a migração para o meio eletrônico é mais rápida. Hoje, todos os recursos são encaminhados eletronicamente ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), assim como as ações originárias. O projeto foi iniciado em agosto e já foram autuados mais de cem mil processos digitais. Hoje, metade das ações em tramitação está nesse formato. Ao contrário do STJ, a Corte trabalhista preferiu não digitalizar toda a papelada. "Decidimos deixar os processos físicos acabarem", diz o coordenador de processos eletrônicos do TST, Walcenio Araújo da Silva, acrescentando que a Corte espera economizar R\$ 11 milhões por ano com o fim do papel. O valor inclui todos os custos envolvidos na tramitação do processo físicos, como transporte, armazenamento, pessoal e material de escritório.

Com o processo eletrônico, o STJ e o TST tiveram o melhor desempenho entre os tribunais brasileiros na chamada Meta 1 - julgamento de quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque. No ano passado, a Corte trabalhista recebeu 204.182 processos e solucionou 211.979. Sobraram 168.841, volume inferior ao registrado no fim de 2009 - 172.732 ações. No STJ, foram julgados 8,58% mais processos que o número de distribuídos. Na média nacional, não se conseguiu atingir a meta. O Judiciário brasileiro recebeu no ano passado 17,1 milhões de novos processos e julgou 16,1 milhões - 94,2% do total.

## Range Rover Evoque chega ao Brasil em novembro

19/05/2011- Newsletters Automotive

O Range Rover Evoque chega às vendas no Brasil em novembro, simultaneamente a outros mercados mundiais. A revelação foi feita pelo diretor-presidente da marca, Flávio Padovan, nesta quarta-feira, 18. Segundo o executivo, o carro já roda no Brasil.

De acordo com Padovan, a imagem mais urbana do Range Rover Evoque já vem sendo trabalhada com pessoas como a modelo Mariana Weickert e os gêmeos grafiteiros Otávio e Gustavo Pandolfo, que têm sua imagem muito ligada ao meio urbano. Embora ainda não tenha preço definido, o Evoque será o carro de entrada da

linha Range Rover (que começa em R\$ 279 mil), mas custará mais que os Land Rover Freelander (que partem de R\$ 122 mil).

O carro mede 4,35 metros na versão de duas portas e tem motores a gasolina e a diesel que produzem entre 150 cv e 240 cv de potência.

### **Range Rover Vogue TDV8**

A Land Rover apresentou em Interlagos a nova versão turbodiesel do Range Rover Vogue, com preço sugerido de R\$ 421 mil. A cilindrada passou de 3,6 para 4,4 litros e a potência saltou dos antigos 272 cv para 313 cv. Com os novos números, o carro acelera de zero a 100 km/h em 7,8 segundos, algo bom para um carro com 2.810 quilos e quase cinco metros.

Recursos como os controles eletrônicos de tração, estabilidade e inclinação da carroceria garantem a segurança e evitam excessos do motorista, mas tiram um pouco da graça de dirigir um carrão com mais de 300 cv. O câmbio do Vogue TDV8 tem oito marchas e permite trocas automáticas ou manuais, por borboletas atrás do volante. Entre os equipamentos há um navegador GPS bastante rápido, porque suas informações estão gravadas no disco rígido do computador. Para o uso fora de estrada o carro tem tração integral e recursos extras para evitar garantir a aderência mesmo em pisos bastante escorregadios ou com forte declive.

### **Brasil: Preços ameaçam competitividade.**

19/05/2011- Foundry Gate

O preço as energia elétrica começa a fazer com que empresas avaliem investimentos produtivos em outros países. Fabricantes de alumínio estudam oportunidades na Paraguai e Trinidad e Tobago e produtoras de soda-cloro enxergam custos mais baixos na América do Norte. Também aumentam as importações de vidro, aço, PVC em um momento de câmbio valorizado e crescente presença chinesa. Um cenário que ameaça a indústria nacional. "Em um primeiro momento, há dificuldade para vender uma folha de alumínio a uma montadora. Em um segundo momento, importa-se toda a junta para a montadora no Brasil. Em terceiro, traz-se o carro pronto.

O efeito vai se prolongando ao longo do tempo", afirma Paulo Pedrosa, presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace).

Estudo da FGV mostra o impacto do custo de energia elétrica na competitividade das empresas. Entre 2009 e 2020, o relatório aponta que o Brasil deve ter um crescimento vigoroso, de 4,99% ao ano, por conta da ascensão social, realização da Copa de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016 e a exploração do pré-sal. Mas o país poderia crescer mais e seus produtos serem mais competitivos com um preço de energia mais barato. Se houvesse redução de encargos e tributos e preços de energia elétrica e gás natural, em vez de crescimento de 4,99% ao ano até 2020, o PIB do

Brasil poderia se expandir a 6,18% anuais – 1,2 ponto percentual a mais que o cenário de preços mais elevados. Haveria um acréscimo de R\$ 695 bilhões ao PIB em 2020.

Segundo a FGV, caso nada seja feito, entre 2009 e 2020, a tarifa média paga pela indústria deve aumentar 22,7%, sendo que o preço pelos setores mais eletrointensivos deve subir 31,2%. Um dos grandes vilões do segmento é a carga tributária que incide sobre a energia. “Metade da conta de luz é de encargos, tributos e subsídios” afirma Pedrosa, da Abrace. Hoje, cerca de dez encargos indicem sobre o preço da energia. Em alguns setores eletrointensivos, o preço da energia para a indústria foi elevado do patamar de R\$ 82 por MWh, em 2001, para o custo atual estimado acima de R\$ 220.

Em 30 de dezembro, a Reserva Global de Reversão (RGR), encargo que deveria ter sido extinto no fim de 2010, foi prorrogado até 2035. Criado em 1957, para cobrir custos de eventuais reversões de concessões do setor elétrico, o encargo corresponde a 1,27% da tarifa de energia. Criado em 1973, a Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) foi instituída para o financiamento de custos com a geração de energia à base de combustíveis fósseis, principalmente nos sistemas isolados situados basicamente na região Norte.

Nos últimos anos, linhas de transmissão estão sendo construídas permitindo a interligação entre a região e o resto do país, mas o encargo não está com seus dias contados: só irá expirar em 2022. Estima-se que este ano sua arrecadação atinja até R\$ 5 bilhões. No início do ano, foi aprovada uma nova fórmula de cálculo da CCC. Pelas novas regras, as distribuidoras de energia dos chamados sistemas isolados poderão ser ressarcidas não só pelos gastos com a compra de combustíveis – usados para gerar eletricidade -, mas também de outras despesas, como investimentos e impostos. A medida garante que o reembolso vale durante o prazo de vigência dos contratos de compra de energia. O que significa que, mesmo que a região Norte seja interligada ao sistema nacional, todos os consumidores terão que bancar os custos de manutenção das termoeletricas até o fim dos contratos.

Os custos elevados com a aquisição de energia estão afetando alguns setores, como os fabricantes de alumínio. Levantamento do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) aponta que entre 2010 e 2015 a produção de alumínio deve crescer apenas 10% para 1,7 milhão de toneladas, enquanto o minério de ferro deve dobrar sua produção. “A energia cara é um obstáculo para o segmento de alumínio”, diz Paulo Camillo Vargas Penna, presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

Além do peso de impostos e encargos sobre os preços da energia, as indústrias têm receio em relação ao gás natural. O gás oriundo da Bolívia chega ao Brasil a US\$ 7,8 por milhão de BTU, enquanto o produzido no país custa US\$ 10,8 por milhão de BTU. Valores elevados na comparação internacional. No Oriente Médio, o gás é comercializado a US\$ 1 por milhão de BTU.

## Otimismo industrial tem maior queda em dez meses

19/05/2011- Agência CNI

**Brasília** – O empresário industrial continua ainda confiante nos rumos da economia e da sua empresa, mas seu otimismo registrou em maio a maior queda dos últimos dez meses, atingindo 57,5 pontos, um recuo de 2,2 pontos sobre abril. A informação é do Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), divulgado nesta quinta-feira, 19

de maio, pela [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#) . O ICEI varia de zero a cem. Valores acima de 50 indicam empresários confiantes.

O ICEI de maio caiu 8,8 pontos em relação a maio de 2010 e ficou abaixo da média histórica, de 59,7 pontos. Diz a pesquisa que “a queda na confiança sinaliza potencial redução nos investimentos da indústria nos próximos meses”. Segundo o economista da CNI Marcelo de Ávila, o índice de maio revela que a confiança do empresariado está se reduzindo desde fevereiro de 2010.

A queda do otimismo em maio, de acordo com a pesquisa da CNI, foi puxada sobretudo pela percepção dos industriais de que as condições da economia brasileira em relação aos últimos seis meses – um dos componentes do ICEI – pioraram. Este componente ficou em 44,9 pontos em maio, bem abaixo da linha divisória dos 50 pontos, demonstrando significativa falta de confiança.

O componente sobre as condições da empresa em comparação aos seis meses anteriores assinalou 50,3 pontos, praticamente na linha divisória dos 50 pontos, revelando que “a situação da própria empresa parou de melhorar”, atesta o levantamento.

As expectativas do empresariado da indústria sobre a economia e a sua empresa para os próximos seis meses, contudo, permanecem elevadamente otimistas, com 62,1 pontos em maio, embora abaixo do mesmo componente em abril, quando atingira 64,3 pontos.

Entre os três segmentos da indústria pesquisados pelo ICEI, a extrativa foi o único que assinalou aumento, com 63,8 pontos em maio, 0,7 ponto mais comparativamente a abril. O ICEI da indústria de transformação caiu 1,9 ponto – de 58,1 para 56,2 -, enquanto a construção civil registrou a maior queda do ICEI, de 2,7 pontos, entre abril e maio.

A pesquisa foi realizada entre 29 de abril e 17 de maio, com 1.819 empresas, das quais 998 pequenas, 566 médias e 255 de grande porte.

## **Tribunal - Metalúrgica indeniza empregado por excesso de esforço**

19/05/2011- Notas COAD

A empresa catarinense Maqpol Metalúrgica Ltda. foi condenada ao pagamento de indenização por dano moral a um empregado que adoeceu em consequência de suas atividades profissionais, que exigiam demasiado esforço físico. A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho não conheceu do recurso da empresa, ficando mantida assim a decisão regional que elevou o valor da condenação de R\$ 500 para R\$ 5 mil.

Na reclamação, o empregado informou que em outubro de 2004, enquanto descarregava, junto com um colega, um caminhão de vigas que mediam seis metros e pesavam 71 kg cada, sentiu “forte dor na região acima da perna esquerda” que acabou se tornando constante. A doença foi diagnosticada como hérnia inguinal. Ele trabalhou na empresa entre agosto de 2004 e março de 2005.

Tendo o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região negado provimento ao seu

recurso e ainda majorado o valor da indenização, a empresa recorreu, sem êxito, ao TST, alegando a inexistência denexo de causalidade entre as atividades do empregado e a doença que o acometeu. Segundo alegou o advogado da metalúrgica, a hérnia inguinal é doença degenerativa e independe do que o empregado realizava na empresa, mesmo porque ele trabalhou ali por apenas seis meses, mas já somava cerca de 26 anos de atividade na indústria metalúrgica.

Ao analisar o recurso na Primeira Turma do TST, o relator, ministro Vieira de Mello Filho, avaliou que a divergência entre decisões que a empresa apresentou, e que justificaria o conhecimento do recurso e o conseqüente exame do seu mérito, não atendia a exigência legal. Isto porque o acórdão indicado como paradigma para confronto com a decisão que lhe foi desfavorável "não trata de tese diversa na interpretação de um mesmo dispositivo legal".

Esclareceu o relator que o Tribunal Regional concluiu pela existência de nexode causalidade, mesmo contrariando laudo pericial em sentido contrário, com base em depoimentos testemunhais informando que as condições de trabalho do empregado eram inadequadas e que sua saúde piorou durante o período em que trabalhou na empresa. Ademais, não há nenhuma indicação de que o empregador tenha adotado providências suficientes para preservação da saúde dos seus empregados, especialmente em relação àquele do presente caso.

Processo: [RR-18900-10.2006.5.12.0051](#)

Fonte: Tribunal Superior do Trabalho

## **Marcas e Patentes - Detentor de marca registrada pode ser obrigado a comprovar seu uso**

19/05/2011- Notas COAD

Os detentores de marcas registradas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) poderão ser obrigados a demonstrar seu uso, conforme projeto aprovado nesta terça-feira (17) pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). De autoria do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), o PLS 194/10 ainda irá a decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Substitutivo apresentado pela senadora Ana Amélia Lemos (PP-RS) e aprovado pela CAE fixa dois momentos em que se deverá fazer essa comprovação de uso da marca: dois anos após a concessão do certificado de registro e no último ano da vigência do prazo decenal, em caso de pedido de prorrogação.

Na justificção do projeto, Raupp disse que o INPI tem em seus arquivos marcas que nunca foram e provavelmente jamais serão utilizadas. O fato, em sua avaliação, prejudica outros empreendedores eventualmente interessados em usá-las.

Agência Senado

## MEI - Quase 160 mil empresários ainda não enviaram declaração

19/05/2011- Notas COAD

Dos 809.844 empreendedores individuais obrigados a entregar a declaração de rendimentos referente a 2010, 650.675, ou 80%, já acertaram as contas com a Receita Federal. Mas 20% dos trabalhadores por conta própria, o equivalente a 159 mil profissionais, ainda não entregaram o documento. Quem não entregar no prazo, que termina em 31 de maio, paga multa de 2% sobre o valor declarado, com valor mínimo de R\$ 50.

“O empreendedor que não entregar fica em situação irregular, não podendo contar com os benefícios da lei, como emitir nota fiscal, por exemplo”, alerta o secretário-executivo do Comitê Gestor do Simples Nacional, Silas Santiago. Silas destaca que os gestores estaduais e municípios têm papel fundamental para elevar o número de trabalhadores por conta própria que entregaram a declaração. “Os estados e municípios devem orientar os empreendedores, pois muitos não sabem que têm de entregar”, afirma.

Os empreendedores individuais estão isentos do pagamento do imposto de renda, mas precisam prestar contas ao governo para continuar usufruindo dos benefícios oferecidos pelo programa, como cobertura previdenciária e possibilidade de participação em licitações públicas.

O empresário deve fazer a declaração na página da Receita na internet (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>). Quem tiver dúvidas pode obter ajuda com o Sebrae em seu estado ou pela central de atendimento (0800 570 0800). Os empreendedores podem ainda procurar um escritório de contabilidade cadastrado pela Receita Federal e que oferece o auxílio gratuitamente. A lista completa dos escritórios por unidade da federação pode ser encontrada na página da Fenacon na rede:

(<http://www.fenacon.org.br/empreendedor->

(individual.php?empreendedor=true).

Agência Sebrae

## **Aposentadoria - Ministro apresenta sugestões para extinguir fator previdenciário**

19/05/2011- Notas COAD

A substituição do fator previdenciário por uma alternativa melhor para os trabalhadores foi defendida pelo ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, durante reunião realizada na manhã desta quarta-feira (18) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal. O ministro propôs para o debate a fixação da idade mínima de 65 anos para quem ingressar agora no mercado de trabalho e a fórmula 85/95 para os atuais.

A fórmula 85/95 permite a aposentadoria integral quando a soma da idade com o tempo da contribuição previdenciária atinge 85 anos para as mulheres e 95 anos para os homens. Em 2009, depois de firmar um acordo com seis centrais sindicais, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou essa mesma proposta ao Congresso Nacional. O Senado rejeitou a proposta e aprovou a extinção do fator previdenciário. A Câmara acompanhou a decisão, que posteriormente foi vetada pelo presidente Lula.

Além da fórmula 85/95, o ministro Garibaldi Alves Filho sugeriu para debate no âmbito do Congresso a implantação de uma idade mínima progressiva. Hoje, um trabalhador pode se aposentar com qualquer idade, contanto que tenha um tempo de contribuição de 30 anos, no caso das mulheres, e 35, no caso dos homens. Contudo, devido ao fator, quanto menor é a idade do segurado, menor é o valor do benefício. Também existe a possibilidade de aposentadoria por idade: 60 anos para as mulheres e 65 para os homens.

De acordo com sugestão apresentada pelo ministro, seria estabelecida uma idade mínima um pouco acima da média atual de idade de aposentadoria. A cada dois anos, essa idade mínima de aposentadoria aumentaria um ano, até chegar aos 65 anos. Os trabalhadores já em atividade poderiam, por um determinado período, optar pelo modelo atual ou por essa nova proposta. O novo modelo possibilitaria a aposentadoria antecipada mediante um desconto fixo.

PL 1992/07 - Durante a audiência pública na CAS, Garibaldi Alves Filho também defendeu a aprovação do projeto de Lei nº 1992/07, que institui o regime de previdência complementar para o servidor público federal titular de cargo efetivo. A matéria está tramitando na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. O ministro opinou que a aprovação do projeto seria uma forma de "estancar a sangria" de recursos públicos decorrente do déficit da previdência dos servidores públicos federais.

Ao regulamentar a previdência complementar do serviço público, o PL 1992/07 cria uma fundação para custear a aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo

da União (inclusive das suas autarquias e fundações), do Poder Judiciário, do Ministério Público Federal e do Tribunal de Contas da União (TCU). Os servidores atuais não são obrigados a aderir ao plano de previdência a ser criado.

Além de apresentar os números gerais da Previdência Social no Brasil, o ministro apresentou para os senadores os principais pontos do plano de trabalho do Ministério para esse biênio. Algumas das metas são a ampliação da cobertura previdenciária, a busca pela excelência no atendimento, melhorias na gestão das receitas e despesas da Previdência e no sistema de tecnologias de informação.

Garibaldi Alves Filho informou que o plano de expansão de agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) está em andamento, através da criação de 720 agências em cidades com mais de 20 mil habitantes que ainda não possuem agência da Previdência. Também está sendo adotado um novo modelo de perícia médica que simplifica para o trabalhador o acesso aos benefícios aos quais têm direito.

O ministro compareceu à Comissão de Assuntos Sociais acompanhado do secretário-executivo, Carlos Eduardo Gabas, do presidente do INSS, Mauro Hauschild, do secretário de Políticas de Previdência Social, Leonardo José Rolim Guimarães, e do secretário de Políticas de Previdência Complementar, Jaime Mariz de Faria Júnior.

FONTE: Previdência Social

## **Tribunal - Empregado com LER que se negou a cumprir ordens reverte justa causa**

19/05/2011- Notas COAD

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho, em processo da relatoria da ministra Maria de Assis Calsing, não conheceu de recurso da Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., que pretendia ver reconhecida a despedida por justa causa de trabalhador por insubordinação.

Contratado como montador de produção (parafusador) pela Volkswagen em setembro de 2000, após alguns anos o trabalhador teve de se afastar do serviço por ter adquirido lesão por esforço repetitivo/distúrbio osteomuscular relacionado ao trabalho (LER/DORT). Quando retornou, foi deslocado para outra função, conforme recomendação da Previdência Social. Contudo, segundo alega, recebeu ordens para executar as mesmas tarefas que o haviam impossibilitado para aquele trabalho. Recusando-se a aceitá-las, porque "a ordem partia de empregado que não era seu superior hierárquico", em fevereiro de 2007, foi dispensado por justa causa sob a alegação de insubordinação.

Em agosto de 2008, o montador ajuizou ação trabalhista pedindo reintegração ou, senão, a conversão da dispensa em despedida sem justa causa. A alegação era de

que não houve nenhum ato faltoso que caracterizasse a justa causa, pois era controverso se o empregado que o acusara de insubordinação era realmente o "líder", ou superior hierárquico.

Com sentença favorável ao trabalhador no primeiro grau, a Volkswagen recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (SC). Para a empresa, a insubordinação era incontestável, uma vez que o empregado desrespeitado era o seu superior hierárquico, sendo razoável a aplicação da despedida por justa causa, conforme dispõe o artigo 482 da CLT, que relaciona o "ato de indisciplina ou de insubordinação" como critério para justa causa.

No TST, a ministra Calsing lembrou que debates assim possuem contornos interpretativos, pois fatores como gradação da penalidade, existência ou não de quebra de confiança e o histórico funcional do trabalhador devem ser levados em conta para aplicação da justa causa. Nesse caso, entendeu que não houve violação ao artigo citado pela empresa, e o recurso de revista não foi conhecido por unanimidade. Processo: [RR-336300-10.2007.5.09.0892](#)

FONTE: TST